



PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO VALE DO RIO PRETO
DIRETORIA DE ADMINISTRAÇÃO

RESPOSTA AO RECURSO E CONTRARRECURSO ADMINISTRATIVO

RECURSO: *MICROTÉCNICA INFORMÁTICA LTDA*

CONTRARRECURSO: *JOSIANE POCIDONIO PEREIRA EIRELI – EPP*

MODALIDADE: PREGÃO ELETRÔNICO PARA REGISTRO DE PREÇOS

Nº 042/2023 – Tipo Eletrônico – Plataforma BLL Compras

DATA DA ABERTURA: 05 de setembro de 2023

HORÁRIO: 10:00 horas – HORÁRIO DE BRASÍLIA

Processo Licitatório: 010382/2022

DO OBJETO: *REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURAS AQUISIÇÕES DE MATERIAIS DE INFORMÁTICA, CONFORME DECRETO DE PADRONIZAÇÃO NºS 1.546/05, 1.889/09 E 2.094/11 EM ANEXOS, PARA ATENDER A DEMANDA DA PREFEITURA.*

Inicialmente informamos que o procedimento licitatório foi realizado na modalidade Pregão Eletrônico, do tipo menor preço por item, para registro de preços, com observância da Lei Complementar nº 123/06 de 14 de dezembro de 2006, com observância ao Decreto Municipal nº 3.584, de 01 de dezembro de 2022 e as disposições contidas na Lei nº 14.133/2021. O edital foi publicado no Diário Oficial do Município em 09/08/2023, no jornal de grande circulação (O Dia) em 10/08/2023, além de ficar disponível para download na página da prefeitura no link: <https://www.sjvriopreto.rj.gov.br/licitacao>.

DA MANIFESTAÇÃO DE RECURSOS

De acordo com o item 11.1 do edital, conforme abaixo, a manifestação de recurso deverá ser forma MOTIVADA e RESUMIDA, prazo máximo de 15 (quinze) minutos.

11.1. Declarado o vencedor e decorrida a fase de regularização fiscal e trabalhista da licitante qualificada como microempresa ou empresa de pequeno porte, se for o caso, será concedido o prazo máximo de 15 (quinze) minutos, para que qualquer licitante manifeste a intenção de recorrer, de forma motivada e RESUMIDA, isto é, indicando contra qual(is) decisão(ões) pretende recorrer e por quais motivos, em campo próprio do sistema.

A empresa **MICROTÉCNICA INFORMÁTICA LTDA**, manifestou interesse de recurso de forma e prazo correto, conforme consta na plataforma BLL Compras: “Nos termos do Art.4º, inc. XVIII, da Lei nº 10.520 e consoante ao Acórdão nº 339/2010-Plenário, manifestamos intenção de recurso tendo em vista a ausência de informações quanto ao modelo, descrição detalhada dos componentes e catálogo, tornando omissa as informações técnicas, visto que, trata-se de equipamentos customizados e a cópia do descrito do edital torna inconclusiva quaisquer análises técnicas, desta forma, é fundamental a apresentação de ficha técnica para assegurar a transparência,” motivando o recurso.



PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO VALE DO RIO PRETO
DIRETORIA DE ADMINISTRAÇÃO

Recursos

Manifestações

Horário

09/10/2023 14:13

Recursos

Horário

13/10/2023 13:22

Nos termos do Art.4º, inc. XVIII, da Lei nº 10.520 e consoante ao Acórdão nº 339/2010-Plenário, manifestamos intenção de recurso tendo em vista a ausência de informações quanto ao modelo, descrição detalhada dos componentes e catalogo, tornando omissa as informações técnicas, visto que, trata-se de equipamentos customizados e a cópia do descrito do edital torna inconclusiva quaisquer análises técnicas, desta forma, é fundamental a apresentação de ficha técnica para assegurar a transparência.

Contrarrazões

Selecione um recurso

Julgamento do recurso

Selecione um recurso

DA TEMPESTIVIDADE:

O presente recurso foi interposto dentro do prazo legal, portanto tempestivo, pela empresa **MICROTÉCNICA INFORMÁTICA LTDA.**

DO RECURSO ADMINISTRATIVO APRESENTADO NA PLATAFORMA BLL COMPRAS:

DO MERITO

Em breve síntese, a Recorrente informa em sua interposição de recurso que esse município abriu procedimento licitatório visando a aquisição futura de materiais de informática, seguindo critérios e especificações técnicos definidas no Edital e Termo de Referência. E que a Pregoeira consagrou como vencedora a licitante JOSIANE POCIDONIO PEREIRA EIRELI – EPP, no item 19 – Computador (demais especificações), e que tal decisão não merece nada além do que pronto afastamento, alegando que o Recorrido deixou de apresentar documentos que deveriam constar originariamente quando da apresentação de sua proposta e documentos de habilitação, citando o item 5 do edital. Informa, ainda, que o Edital é claro quanto a obrigatoriedade de apresentar manuais e ou catálogo para identificação das especificações do equipamento ofertado e, que a empresa consagrada vencedora não apresentou os documentos. Apresenta diversos prints de tela da plataforma Bll bompras, pertinentes a estes documentos.

Continua a RECORRENTE em suas alegações citando a redação do caput e do parágrafo 6º do artigo 26 do Decreto Federal nº 10.024/19, referente sobre o proponente não estar autorizado a modificar seus termos ou características do objeto após o início da sessão pública, bem como, citando, ainda, os itens 5.1.2. e 9.14. 6.1.6 do edital, além de informar que “ao estabelecer um requisito obrigatório como condição de classificação da proposta ou habilitação da licitante, a Administração fica vinculada a esse



PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO VALE DO RIO PRETO
DIRETORIA DE ADMINISTRAÇÃO

requisito, não podendo jamais se desviar do critério de julgamento objeto pré-estabelecido em Edital, ainda mais quando estamos falando de critérios de inabilitação, o que se aplica ao presente caso”.

Especificamente no item 10 e 11, a RECORRENTE alega que” todos os licitantes, ao apresentarem proposta, declaram de acordo com todas as condições de participação, classificação e habilitação estabelecidas em Edital. “Logo, o licitante em comento deve ser desclassificado/inabilitado, pois tinha plena consciência e conhecimento da obrigatoriedade de apresentar o balanço patrimonial referente aos dois últimos exercícios para o presente processo licitatório e os Anexos do Edital, e ainda assim não os apresentou, sabendo que seria desclassificado, **pois não houve qualquer impugnação ou pedido de esclarecimento solicitando a retirada dos requisitos ou questionando sua aplicabilidade**”, antecipando-se a RECORRENTE a qualquer tentativa leviana de contra-argumentos por parte do Recorrido, em sede de Contrarrazões.

Nos itens 12 e 16 a RECORRENTE alega a ausência dos catálogos que deviam constar originalmente na proposta e que isso demonstra vício insanável para realização de diligência, pois esta relacionada à substância da proposta e habilitação, considerados erros substanciais e insanáveis, ”já que sua correção levaria a substituição de informações essenciais ou à inclusão posterior de documentos dos quais não se trata apenas de mera complementação ou esclarecimento”, corroborando, de acordo com a RECORRENTE, com a jurisprudência dos Tribunais de contas quanto a definição do princípio do formalismo moderado tão somente em relação a vícios formais. Cita o Art. 64 da Lei nº 14.133/2021, que versa da substituição ou a apresentação de novos documentos. Citando, ainda, a jurisprudência consolidada do Egrégio Superior Tribunal de Justiça, no sentido da vedação de inclusão posterior e intempestiva de documentos que deveriam constar originalmente na proposta e/ou na documentação de habilitação, além de alegar que o “edital estabelece exigências categóricas, a Administração Pública a elas resta vinculada, dado que elas constituem critérios objetivos de avaliação das propostas e habilitação, não devendo delas se desviar”.

Finalizando o recurso a RECORRENTE alega que não há motivos para prosperar a decisão que declarou arrematante do Item 19, o licitante *JOSIANE POCIDONIO PEREIRA EIRELI – EPP*, e que, a não comprovação de atendimento à integralidade das exigências Editalícias identifica a inaptidão da proposta e dos licitantes, e o descumprimento do Edital, citando, ainda, a violação a isonomia entre os licitantes, os artigos 37 da Constituição Federal, o artigo 5º da Lei nº 14.133/2021, e o artigo 2º do Decreto nº 10.024/19, que versa sobre os princípios da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da publicidade e eficiência, destacando a vinculação ao instrumento convocatório, do julgamento objetivo, além de ressaltar também, o entendimento do Supremo Tribunal Federal, entendimento do Judiciário e ainda, faz citação a Maria Sylvia Zanella Di Pietro, quanto ao princípio da vinculação ao Edital. E faz seus pedidos requerendo:

“Ante as razões expostas in supra, a RECORRENTE roga que Vossa Senhoria reconsidere o decisor, de forma a proceder, por via de consequência, à desclassificação e inabilitação do licitante **JOSIANE POCIDONIO PEREIRA EIRELI - EPP**, arrematante do Item 19 do Termo de Referência do Edital do Pregão Eletrônico em epígrafe, de forma que Vossa Senhoria proceda, consequente e subsequentemente, ao chamamento do ranking de classificação do aludido Item.

Se assim não o fizer, que se digne Vossa Senhoria a encaminhar o presente Recurso Administrativo à Autoridade Superior competente para conhecê-lo e, certamente, dar-lhe provimento”.



PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO VALE DO RIO PRETO
DIRETORIA DE ADMINISTRAÇÃO

DAS CONTRARRAZÕES APRESENTADA NA PLATAFORMA BLL COMPRAS:

A empresa RECORRIDA, **JOSIANE POCIDONIO PEREIRA EIRELI – EPP**, apresentou suas contrarrazões na plataforma BLL compras, interposto dentro do prazo legal, portanto **tempestivo**.

Em suas razões a RECORRIDA informa que o “Pregoeiro, devida e acertadamente, procedeu para com a consagração da RECORRIDA, licitante **JOSIANE POCIDONIO PEREIRA EIRELI - EPP** como arrematante do Item 19”, e que o documento de contrarrazões objetiva defender a permanência da habilitação e futura adjudicação do item à licitante RECORRIDA, de acordo com as razões de fato e de direito mostradas a seguir.

A empresa RECORRIDA, **JOSIANE POCIDONIO PEREIRA EIRELI – EPP**, em seu item II referente a análise de tópicos do recurso, informa que conforme item 5.1 do edital “os documentos alegados como faltantes pela RECORRENTE deverão ser obrigatoriamente apresentados SE FOR O CASO. A pessoa responsável por decidir se é ou não é o caso, é o Pregoeiro do certame”, e faz constar uma imagem deste item. Continua suas alegações informando que a “mesma razão (falta do catálogo) utilizada no Recurso, foi questionada via chat, no momento do Pregão. O Pregoeiro, acertadamente, justificou que não era o caso de solicitar o referido catálogo”, e anexa uma captura de tela do chat, informando que “**considerando que não era o caso de ser exigido o catálogo do item cotado**, de acordo com a decisão do Pregoeiro, **a impugnação da RECORRENTE não deve prosperar**, não sendo cabível que outra licitante exija algo que não foi exigido no edital.

A RECORRIDA em resposta ao que requer a RECORRENTE faz menção sobre os itens 5.1.2 e 9.14, além de informar que como o próprio item 5.1 do edital dispõe, tais documentos serão exigidos SE FOR O CASO, não tendo motivo para a inabilitação da RECORRIDA. Faz menção, ainda, ao item 8.5 do edital, que é referente a convocação de licitante para envio de documento complementar. “Até porque, conforme será observado, a descrição dos itens está explícita na proposta, diferentemente do alegado pela RECORRENTE”.

Continua a RECORRIDA no item II.II de suas alegações, informando que a RECORRENTE afirma que a RECORRIDA descumpriu o item 6.1.6 do edital, que refere-se “Marca, Fabricante e Modelo (no que houver)”, alegando que “mais uma vez, a alegação da RECORRIDA é contrariada no próprio Recurso interposto” e anexa imagem da proposta apresentada pela RECORRIDA, onde “é possível observar que a marca e as demais descrições estão devidamente descritas”, informando ainda “A Marca do item é “BRPC”, o Modelo é “I5 12400”. Não há omissão de qualquer informação solicitada pelo Edital.”

Continua a RECORRIDA no item II.III de suas alegações, referente a NÃO APRESENTAÇÃO DE BALANÇO PATRIMONIAL que “novamente, a alegação da RECORRENTE não merece prosperar. Tendo em vista o fato de não existir, no Edital, exigência de apresentação de Balanço Patrimonial”, e faz constar a imagem de captura de tela juntada pela própria RECORRENTE em sua peça de recurso. “Portanto, a alegação da RECORRENTE não merece prosperar, uma vez que **não existe a exigência de apresentação de Balanço Patrimonial no Edital** referente ao Pregão ora analisado”.



PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO VALE DO RIO PRETO
DIRETORIA DE ADMINISTRAÇÃO

Continua a RECORRIDA no item III de suas alegações, informado que “RECORRENTE usou a fundamentação dos Princípios da Legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência. É evidente que o Poder Público é norteado por esses princípios. Não há uma empresa licitante que discorde dessa afirmação”, além de informar que “outros dois Princípios que devem ser observados e seguidos pelo particular e por todos os envolvidos num processo licitatório são os da **Boa-fé** e o da **Concorrência Leal**. Interpor um recurso com alegações sem fundamento, como foi o caso do Recurso interposto pela RECORRENTE, desobedece a ambos os princípios”, e, enumera algumas atitudes que atrapalham a celeridade do devido processo licitatório, além de informar que não haverá falta de observação dos princípios basilares aplicados as licitações.

Finalizando, faz seus pedidos:

Por esses e pelos outros motivos acima expostos, solicita-se:

- a. que seja recebido e devidamente analisado o presente documento de Contrarrazões, considerando sua tempestividade e seu cabimento;
- b. que sejam desprovidos os pedidos realizados através da interposição de Recurso da empresa MICROTÉCNICA INFORMÁTICA LTDA;
- c. que seja MANTIDA A DECISÃO DO PREGOEIRO, que habilita a empresa RECORRIDA;
- d. que fique reconhecido que não houve descumprimento de qualquer dos itens do Edital, haja vista o fato de todas as errôneas alegações da RECORRENTE terem sido esclarecidas e demonstradas como falsas;
- e. e. que fique reconhecida a má-fé da empresa RECORRENTE, em apresentar Recurso com base em alegações sabidamente irreais, explicadas inclusive pelo próprio Pregoeiro no momento do Pregão;
- f. que sejam procedidos os trâmites legais, com a posterior adjudicação do item 19 à empresa RECORRIDA, que ofertou produto plenamente capaz de atender às solicitações do Edital e também às suas especificações.

Se assim não o fizer, que se digne Vossa Senhoria a encaminhar o presente Recurso Administrativo à Autoridade Superior competente para conhecê-lo e, certamente, dar-lhe provimento, prosseguindo à adjudicação do item à empresa RECORRIDA.

DO JULGAMENTO:

Considerando que essa Pregoeira entende que o procedimento licitatório foi conduzido de maneira imparcial e isonômica e que age visando o interesse público e a proposta mais vantajosa para a administração, além de obedecer rigorosamente a todos os princípios que norteiam o universo licitatório, dentre eles a vinculação ao edital.



PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO VALE DO RIO PRETO
DIRETORIA DE ADMINISTRAÇÃO

Considerando os princípios basilares aplicados ao direito administrativo e, mais especificamente, às licitações, nomeados no artigo 5º da Lei nº 14.133/21, com destaque aos princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade e do julgamento objetivo.

Ao analisar o recurso interposto pela empresa **MICROTÉCNICA INFORMÁTICA LTDA**, bem como, contrarrazão feita pela empresa **JOSIANE POCIDONIO PEREIRA EIRELI** deve-se, primeiramente, informar o que consta no edital. Alega a RECORRENTE que a RECORRIDA deixou de apresentar documentos que deveriam constar originariamente quando da apresentação de sua proposta e documentos de habilitação. Vejamos:

O item 5 do edital diz:

5. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

5.1. Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema, **OBRIGATORIAMENTE** e concomitantemente com os documentos de habilitação exigidos no edital e seus anexos, a inserção no campo "OUTROS DOCUMENTOS" de manuais, catálogos e instruções que permitam uma perfeita identificação do produto ofertado, descrito em língua portuguesa ou traduzidos do fabricante do produto. **(SE FOR O CASO)**
(...)

5.1.2. Caso o Licitante NÃO apresente por meio do sistema e no ato e em conformidade com o item 4.1, todos os documentos de habilitação exigidos neste edital, ou ausente algum documento, este será declarado INABILITADO no momento oportuno.
(...)

6.1.6. Marca, Fabricante e Modelo (no que couber);
(...)

9.14. Será inabilitado o licitante que não comprovar sua habilitação, seja por não apresentar quaisquer dos documentos exigidos, ou apresentá-los em desacordo com o estabelecido neste Edital e seus Anexos.

A expressão "**SE FOR O CASO**", constante no final do item 5.1 deixa claro que manuais, catálogos e instruções que permitam uma perfeita identificação do produto ofertado, somente devem ser enviados quando solicitados. Esta Pregoeira, em momento algum, solicitou o envio de tais documentos. Ressalto que como pode ser observado no chat pertinente ao processo em tela, ocorreu-se prazos entre uma sessão e outra. Isso aconteceu porque todos os itens foram analisados em conjunto com esta Pregoeira, Equipe Apoio e os Senhores Chefes de Processamento de Dados desta Prefeitura e das Secretarias Municipal de Educação e Secretaria Municipal de Saúde. Esta análise deu-se pelo motivo de que os itens que possuem Decreto deveriam ser analisados e entregues conforme os Decreto de Padronização e de acordo com o Artigo nº 41, I, A da Lei nº 14.133/2021. E os itens que não possuem Decreto de Padronização poderão ser entregues em outras marcas, entretanto, obrigatoriamente deverão atender todas as especificações constantes nos itens, sob pena de devolução no momento da entrega. Portanto, não há de se falar em "ao estabelecer um requisito obrigatório como condição de classificação da proposta ou habilitação da licitante, a Administração fica vinculada a esse requisito, não podendo jamais



PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO VALE DO RIO PRETO
DIRETORIA DE ADMINISTRAÇÃO

se desviar do critério de julgamento objeto pré-estabelecido em Edital, ainda mais quando estamos falando de critérios de inabilitação". **Não teve como requisito obrigatório** o envio de manuais, catálogos e instruções ou qualquer outro documento que deveria ser enviado juntamente com a proposta, como requisito para habilitação. O envio desses documentos só seriam necessários "SE FOR O CASO" e, se fosse solicitado pela Pregoeira e, logicamente, como cláusula editalícia, o que não foi o caso.

Corroborar com o exposto acima, conversa entre esta Pregoeira e o participante 039 nas datas de 05/09/2023 e 21/09/2023, pertinentes ao mesmo assunto. Vejamos:

MENSAGENS DO LOTE

Lido	Horário	Autor	Mensagem
<input checked="" type="checkbox"/>	21/09/2023 08:58:43	PREGOEIRO	Bom dia! Como já respondido, o item 5.1 se aplica quando for o caso. Com relação a marca, o lote 19 será atendido respeitando aos decretos de padronização nºs 1.546/05, 1.889/09 E 2.094/11 e/ou especificações, conforme, item 1.1 do edital, sendo o lote/ítem devolvido quando não atender aos Decretos.
<input checked="" type="checkbox"/>	20/09/2023 15:20:33	PARTICIPANTE 039	Sra. Pregoeira, o licitante também não apresentou MARCA, conforme edital em seu item 6.1.6. E o edital é cristalino quanto a inserção de manuais e catálogos dos equipamentos ofertados.
<input checked="" type="checkbox"/>	05/09/2023 13:05:38	PREGOEIRO	Quanto as especificações solicito ao Licitante, por favor, que leia as informações iniciais no chat feito por essa Pregoeira.
<input checked="" type="checkbox"/>	05/09/2023 13:04:43	PREGOEIRO	O item 5.1. diz " Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema, OBRIGATORIAMENTE concomitantemente com os documentos de habilitação exigidos no edital e seus anexos, a inserção no campo "OUTROS DOCUMENTOS" de manuais, catálogos e instruções que permitam uma perfeita identificação do produto ofertado, descrito em língua portuguesa ou traduzidos do fabricante do produto. (SE FOR O CASO)". Portanto, catálogo exigido na proposta como a licitante informou não é obrigatório.
<input checked="" type="checkbox"/>	05/09/2023 12:56:29	PARTICIPANTE 039	Arrematante não apresentou catálogo exigido na proposta inicial e colocou o modelo "BRPC-I512400 SEGUINDO ESPECIFICAÇÕES DESTES EDITAL"

Não se pode deixar de ser informado o constante na proposta de preços da RECORRIDA disponibilizada na plataforma BLL Compras. Abaixo print de tela de parte da proposta onde consta o item 19 – Computador (e demais especificações), conforme:



PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO VALE DO RIO PRETO
DIRETORIA DE ADMINISTRAÇÃO

14	Cabo de Rede CAT 5E (Sohoplus) cx c/ 305 m	UND	18	NC	R\$ 0,00	R\$ 0,00
15	Cabo de Rede CAT6 (Sohoplus) CAIXA COM 305M Cor: Azul	CX	24	SOHOPLUS CAT6	R\$ 1.238,83	R\$ 29.731,92
16	Cabo HDMI Versão 2.0 de 10 metros	UND	30	WK	R\$ 76,18	R\$ 2.285,40
17	Capa protetora para conector RJ45 CAT6	UND	100	NC	R\$ 0,00	R\$ 0,00
18	Carregador de Pilhas Recarregáveis AA, AAA 600mah e Bateria 9v - 4 pilhas	UND	3	NC	R\$ 0,00	R\$ 0,00
19	Computador com: - Processador Intel Core i5-12400, Cache 18MB, 2.5GHz (4.4GHz Max Turbo), LGA 1700 - BX8071512400 ou Superior- Memória Kingston Fury Beast, RGB, 16GB (2x8GB), 3200MHz, DDR4, CL16, Preto - KF432C16BBA/8 ou Superior;- Placa-mãe Asus PRIME B660M-A D4, LGA 1700 B660, mATX, DDR4 - 90MB19K0-M0EAY0 ou superiro- Fonte Bluecase 500W (REAL);- SSD WD Green PC SN350 480 GB, PCIe, NVMe, Leitura: 2400MB/s e Escrita: 1650MB/s - WDS480G2G0C ou Superior- Gabinete ATX com USB frontal;- Drive ASUS Gravador e Leitor de CD/DVD, SATA, 24X, Preto - DRW-24F1MT/BLK/B/AS ou Superior;- Windows 10 Pro (Original) - MICROSOFT OFFICE PROFESSIONAL 2019 ESD 32 /64 BITS (Chave Vitalicia pela Microsoft); Caixas de Som. - com garantia de 1 ano- gabinete sem lacre - OBS: Superior quer dizer um modelo superior dentro da mesma Marca.	UND	141	BRPC-1512400 SEGUINDO ESPECIFICAÇÕES DESTE EDITAL	R\$ 7.060,00	R\$ 995.460,00
20	CONECTOR FÊMEA GIGALAN CAT.6 90°/180° - FURUKAWA - COR - VERMELHO	UND	70	NC	R\$ 0,00	R\$ 0,00
21	CONECTOR RJ45 CAT.5 - (Sohoplus)	UND	600	NC	R\$ 0,00	R\$ 0,00
22	Conector RJ45 Macho de passagem CAT6 (Sohoplus)	UND	560	NC	R\$ 0,00	R\$ 0,00
23	Drive ASUS Gravador e Leitor de CD/DVD, SATA, 24X, Preto - DRW-24F1MT/BLK/B/AS	UND	6	KNUP	R\$ 155,97	R\$ 935,82
24	Ferramenta de crimpagem rápida módulo v2 - Furukawa	UND	1	NC	R\$ 0,00	R\$ 0,00

JOSIANE POCIDONIO PEREIRA
Assinado de forma digital por
JOSIANE POCIDONIO PEREIRA
EIRELI:35496391000161
Dados: 2023.09.04 15:28:00 -03'00'
Assinatura e Carimbo

Ativar
Acesse

Abaixo, também, print de tela de parte do termo de referência (folha 21) constante no edital, onde consta o item 19 – Computador (e demais especificações), conforme:



PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO VALE DO RIO PRETO
Secretaria Municipal de Administração
Divisão de licitações

19	Computador com: - Processador Intel Core i5-12400, Cache 18MB, 2.5GHz (4.4GHz Max Turbo), LGA 1700 - BX8071512400 ou Superior- Memória Kingston Fury Beast, RGB, 16GB (2x8GB), 3200MHz, DDR4, CL16, Preto - KF432C16BBA/8 ou Superior;- Placa-mãe Asus PRIME B660M-A D4, LGA 1700 B660, mATX, DDR4 - 90MB19K0-M0EAY0 ou superiro- Fonte Bluecase 500W (REAL);- SSD WD Green PC SN350 480 GB, PCIe, NVMe, Leitura: 2400MB/s e Escrita: 1650MB/s - WDS480G2G0C ou Superior- Gabinete ATX com USB frontal;- Drive ASUS Gravador e Leitor de CD/DVD, SATA, 24X, Preto - DRW-24F1MT/BLK/B/AS ou Superior;- Windows 10 Pro (Original) - MICROSOFT OFFICE PROFESSIONAL 2019 ESD – 32 / 64 BITS (Chave Vitalicia pela Microsoft) - Caixas de Som. - com garantia de 1 ano- gabinete sem lacre - OBS: Superior quer dizer um modelo superior dentro da mesma Marca.	UND	141	100	24	17
20	CONECTOR FÊMEA GIGALAN CAT.6 90°/180° - FURUKAWA - COR - VERMELHO	UND	70		50	20



PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO VALE DO RIO PRETO
DIRETORIA DE ADMINISTRAÇÃO

A RECORRENTE, no item II.III do recurso apresentado, alega, também, que a RECORRIDA deverá ser desclassificado/inabilitado, pois tinha conhecimento da obrigatoriedade de apresentar o balanço patrimonial referente aos dois últimos exercícios, e não os apresentou. A RECORRIDA em sua contrarrazão informa que a alegação não deve prosperar, tendo em vista não existir no edital a exigência de apresentação de Balanço Patrimonial

O Edital do Pregão Eletrônico nº 042/2023, disponível no site <https://www.sjvriopreto.rj.gov.br/licitacao/visualizar/id/2594/?pregao-eletronico-0422023.html>, no item 9, subitem 9.1 ao 9.11.2 constam todas as documentações pertinentes que deveriam constar anexadas a plataforma BLL Compras. Com toda certeza, balanço patrimonial não consta como documentação exigida para apresentação, o que pode ser verificado no item 9 do edital, fazendo com que, salvo engano, a RECORRENTE tenha se equivocado ao impugnar a RECORRIDA alegando a falta de tal item.

O manual de Licitações e Contratos - Orientações e Jurisprudência do TCU, traz orientações e Acórdãos sobre o assunto. Vejamos:

Na hipótese de aquisição de equipamentos, os prospectos, manuais ou outras informações fornecidas pelo fabricante dos produtos ofertados podem estar juntados a proposta ou encaminhados em prazo fixado no ato convocatório. (página 473 do manual).

Devem ser evitadas exigências que comprometam o caráter competitivo da licitação. A licitação deve ser processada e julgada em estrita conformidade com os princípios básicos.

Acórdão 112/2007 Plenário (Sumário)

As exigências editalícias devem limitar-se ao mínimo necessário para o cumprimento do objeto licitado, de modo a evitar a restrição ao caráter competitivo do certame.

Acórdão 110/2007 Plenário (Sumário)

Por fim, esta Pregoeira estranha o recurso interposto. Imagina que o intuito seja atrasar ou mesmo atrapalhar o certame licitatório. De acordo com o edital, corroborado com o chat entre a Pregoeira e Licitante, a RECORRENTE interpõe seu direito ao recurso solicitando a inabilitação da RECORRIDA no item 19 – Computador (demais especificações). Entretanto, as alegações não tem fundamento, uma vez que os documentos manuais, catálogos e outros constam da frase “SE FOR O CASO”, conforme pode ser comprovado no item 5.1. Além de que o item balanço patrimonial se quer é mencionado no item 9 do edital, referente a habilitação. Como argumentado pela própria RECORRENTE “não podendo jamais se desviar do critério de julgamento objeto pré-estabelecido em Edital, ainda mais quando estamos falando de critérios de inabilitação, o que se aplica ao presente caso”. Na verdade, não se aplica ao caso em tela, uma vez que não se pode criar cláusulas editalícias. No julgamento das propostas, os princípios da vinculação ao instrumento convocatório devem ser estritamente respeitados, mediante cumprimento ao estabelecido no edital. Que fique claro!

O manual de Licitações e Contratos - Orientações e Jurisprudência do TCU, traz, também, Acórdãos sobre o assunto. Vejamos:



PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO VALE DO RIO PRETO
DIRETORIA DE ADMINISTRAÇÃO

Atente para o princípio da vinculação ao instrumento convocatório, bem como abstenha-se de efetuar exigências que comprometam o caráter competitivo do certame, em desacordo (...)

Acórdão 112/2007 Plenário

Atente, quando da análise das propostas, para o princípio da vinculação ao instrumento convocatório, abstando-se de aprovar propostas desconformes com o edital.

Acórdão 2406/2006 Plenário

A Procuradoria Geral do Município se manifesta com o seguinte parecer:

“(...) Recurso Administrativo apresentado por Licitante contra participante que deixou de apresentar manuais e ou catálogo para identificação de especificações do equipamento ofertado, requerendo a sua inabilitação.

Resposta do Recorrido sustentando que o edital não previa a exigência da documentação apontada, requerendo o não provimento do recurso.

Em análise aos extensos arrazoados recursais das partes, observa-se que a irresignação repousa sobre a interpretação de item do edital e que, ante ao princípio de vinculação ao instrumento convocatório, em não havendo expressa previsão sobre necessidade de apresentação de documento específico, não pode ser exigido de licitante que não tenha exibido nos autos, documentação não obrigatória.

Sobre o questionamento de não informação de marca, da mesma forma entendo ter sido superado, pelo fato de que o item apontado também contém expressão que não obriga ao licitante esta informação, até porque é de conhecimento público sobre a possibilidade de montagem de computadores com diversos componentes de múltiplas marcas, desde que atendam as exigências editalícias, tornando impossível o atendimento deste ponto, pois caso contrário, haveria limitação à vantagem para a Administração Pública.

Finalizando, em relação à não apresentação de balanço patrimonial referente aos dois últimos exercícios, melhor sorte não socorre à recorrente, pois inexistente qualquer menção quanto à exigência desta documentação, não podendo haver esta cobrança sem previsão no edital. Isto posto, opino pelo conhecimento do recurso administrativo, pois preenchidos os requisitos legais para sua admissibilidade e, no mérito, pelo não provimento (...).

Portanto:

Considerando o RECURSO apresentado pela empresa **MICROTÉCNICA INFORMÁTICA LTDA**;

Considerando a CONTRARRAZÃO apresentada pela empresa **JOSIANE POCIDONIO PEREIRA EIRELI – EPP**

Esta Pregoeira opina por não acatar o recurso interposto pela empresa **MICROTÉCNICA INFORMÁTICA LTDA**; pelas razões acima expostas, opinando pelo seu indeferimento e permanecendo como habilitada e apta a prosseguir no procedimento licitatório a empresa **JOSIANE POCIDONIO PEREIRA EIRELI – EPP**, no que se refere ao item 19 – Computador (demais especificações).



PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO VALE DO RIO PRETO
DIRETORIA DE ADMINISTRAÇÃO

DA DECISÃO:

Esta Pregoeira, acolhe o recurso interposto pela empresa **MICROTÉCNICA INFORMÁTICA LTDA** opinando para **INDEFERI-LO** em sua totalidade, mantendo habilitada e apta para prosseguir no processo licitatório a empresa **JOSIANE POCIDONIO PEREIRA EIRELI – EPP**, pertinente ao item 19 – Computador (demais especificações), referente ao Pregão Eletrônico nº 042/2023. Remeta-se o recurso e contrarrecurso a Autoridade Superior competente, o Exmo. Senhor Prefeito para análise e deliberação, de acordo com a Lei nº 14.133/21. Após que a decisão seja dada aos interessados, bem como, seja publicado nos meios de comunicação, quais sejam, no Diário Oficial do Município, portal da transparência, além de ficar disponível para download na página da prefeitura no link: <https://www.sjvriopreto.rj.gov.br/licitacao>.

São José do Vale do Rio Preto, em 03 de novembro de 2023

FLAVIANA MEDEIROS LAMEIRA RIBEIRO
Pregoeira/Agente de contratação